

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROCESSO SELETIVO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS INERENTES À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA (PLANO CLIMA) 2025-2035

Responsáveis: Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação (DPMI) / Departamento de Políticas de Adaptação e Resiliência (DPAR)

Setor/Órgão/UC: DPMI-DPAR/SMC/MMA

Brasília, agosto de 2025

1. OBJETIVO

Contratação, por meio de processo seletivo, de serviços de consultoria pessoa jurídica para elaboração de estudo que servirá como subsídio para a elaboração da Estratégia Transversal de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Transição, no âmbito do Plano Nacional de Mudança do Clima (Plano Clima). O estudo tem por objetivo identificar impactos ambientais negativos e positivos (efeitos adversos e cobenefícios) decorrentes da implementação dos planos setoriais de mitigação - Agricultura e pecuária; Uso da terra e florestas; Cidades, incluindo Mobilidade Urbana; Energia; Indústria; Resíduos e Transportes - e de adaptação - Agricultura e pecuária; Biodiversidade; Cidades + Mobilidade; Gestão de Riscos e Desastres; Indústria; Energia; Transportes; Igualdade racial e combate ao racismo; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas ; Recursos Hídricos; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Oceano e Zona Costeira; Turismo; Agricultura Familiar. De modo complementar, o estudo tem por objetivo avaliar como as ações oriundas dos planos setoriais podem gerar efeitos sobre as comunidades locais, sejam adversos (como deslocamentos, perdas de meio de subsistências ou aumento de desigualdades e de vulnerabilidades) ou cobenefícios (como a geração de ocupações e renda, redução de desigualdades, melhoria da infraestrutura ou serviços e a promoção da justiça climática).

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

A Resolução nº 3/2023 do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM) estabeleceu a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - Plano Clima e a instituição dos Grupos Técnicos Temporários de Mitigação (GTT-Mitigação) e de Adaptação (GTT-Adaptação). Conforme determinação do CIM, o Plano Clima será o instrumento da Política Nacional de Mudança do Clima, que consolidará as Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, os Planos Setoriais, as Estratégias Transversais e as metas do país para o cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Nesse escopo, encontram-se em elaboração sete (7) planos setoriais de mitigação e dezesseis (16) planos setoriais e temáticos de adaptação estão em fase de consulta pública.

Diante do grande esforço necessário para o alcance das metas climáticas nacionais, fica evidente a relevância da garantia de que as ações do Plano Clima não comprometam a

capacidade das gerações futuras de atenderem suas necessidades, e que os ecossistemas, pessoas e demais espécies não sejam afetados negativamente em decorrência de sua implementação. Uma vez que um dos pilares da transição justa é o componente ambiental, será preciso garantir que os planos setoriais estejam alinhados no sentido de promoverem benefícios para o meio ambiente e à sociedade. A viabilidade do Plano Clima depende da capacidade de implementação efetiva das políticas públicas e da garantia de minimização de riscos que possam interferir na biodiversidade, no solo, nos recursos hídricos, na atmosfera e nos povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, identificar e avaliar impactos ambientais negativos não intencionais e cobenefícios decorrentes da implementação dos planos setoriais e temáticos de mitigação e adaptação são essenciais para garantir a implementação efetiva do Plano Clima e assegurar um alinhamento com os acordos internacionais pertinentes.

Para responder a esse desafio, espera-se que a consultoria realize o levantamento de informações junto aos ministérios responsáveis pela coordenação dos planos setoriais e temáticos, bem como as demais entidades envolvidas. Essas informações devem ser sistematizadas com o objetivo de gerar dados úteis para subsidiar a construção da Estratégia Transversal de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Transição. O trabalho da consultoria contribuirá diretamente para a formulação do Plano Clima e apoiará a definição das melhores estratégias para o cumprimento das metas climáticas nacionais.

As áreas focais que lideram a elaboração dos planos setoriais de mitigação são: a Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD) e a Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) coordenando o plano setorial de Vegetação Nativa; o Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) na coordenação do plano de Agricultura e Pecuária; o Ministério de Minas e Energia (MME) e entidades vinculadas para o plano setorial de Energia; a Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA) e o Ministério das Cidades (MCID) coordenam o plano setorial de Cidades, bem como o plano de Resíduos; Ministério dos Transportes (MT) liderando o plano setorial de Transportes; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e entidades vinculadas para o plano setorial de Indústria.

Já os responsáveis pela elaboração e implementação dos planos setoriais e temáticos de adaptação são: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) coordenando o plano setorial de Gestão de Riscos de Desastres; Ministério dos Transportes (MT) responsável pelo plano setorial de Transportes; Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), coordenador do plano setorial de Indústria e Mineração; Ministério da Saúde (MS), responsável pelo setorial de Saúde; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), coordenando o setorial de Agricultura Familiar; Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), responsável pelo setorial de Agricultura e Pecuária; Ministério das Cidades (MCID) coordenando o setorial de Cidades; Ministério da Igualdade Racial (MIR) responsável pelo plano temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo; Ministério de Minas e Energia (MME) que coordena o setorial de Energia; Ministério de Povos Indígenas (MPI) responsável pelo plano temático de Povos Indígenas; Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO), Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT), e Departamento de

Oceano e Gestão Costeira (DOCEANO), todos dentro do MMA, responsáveis, respectivamente pelos planos de Biodiversidade, Recursos Hídricos, Povos e Comunidades Tradicionais e Oceano e Zona Costeira; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), coordenador do Plano temático de Segurança Alimentar e Nutricional; e por fim o Ministério do Turismo (MTUR), responsável pelo setorial de Turismo.

Coordenam o Plano Clima em sua totalidade: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), a Casa Civil e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Além disso, apoiam a elaboração do Plano, na condição de convidados, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e a Rede Clima. Para esse trabalho, também será necessária a articulação com as equipes dos órgãos participantes e entidades vinculadas indicadas pelos ministérios focais do GTT-Mitigação e GTT-Adaptação e que estão em processo de colaboração nos planos setoriais.

3. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS

Para o cumprimento do objetivo dessa contratação, espera-se que a consultoria contratada desenvolva as seguintes atividades:

3.1 Consultas aos setoriais, levantamento bibliográfico e elaboração de diagnóstico de impactos ambientais e cobenefícios do Plano Clima 2025-2035

Para consolidação desta etapa, a consultoria deverá participar de reuniões, que poderão ser realizadas remotamente, com as equipes do DPMI e DPAR da SMC, bem como com os pontos focais responsáveis pelos planos setoriais de mitigação e adaptação. Também será necessário estabelecer diálogo com o “Centro Brasil no Clima”, organização responsável pela Estratégia Transversal de Transição Justa no âmbito da mitigação e com a “WayCarbon”, empresa dedicada à referida Estratégia no viés da adaptação e responsável por consolidar ambos os produtos em um único documento.

Será igualmente preciso a revisão de estudos, relatórios e outros documentos que forneçam dados relevantes ao trabalho, bem como eventual realização de reuniões com esses atores. De forma complementar, também será necessário realizar reuniões com órgãos do governo federal (em especial com aqueles com competências relacionadas a impactos ambientais, tais como Ibama, ICMBio, entre outros), órgãos estaduais, organizações não governamentais, entidades privadas, especialistas e outros agentes que possam fornecer informações relevantes ao estudo.

Nestas reuniões, previstas para serem realizadas de forma remota, eventualmente serão entregues pelo MMA, pontos focais e demais colaboradores os possíveis insumos que estejam disponíveis para a realização do trabalho (banco de dados, contatos, bibliografia, entre outros materiais). Entre eles, há previsão de entrega, por parte do Centro Brasil no Clima, de documento referente a impactos socioambientais dentro do contexto da Estratégia de Transição Justa; prevê-se que a consultoria contratada também utilize tal estudo para elaboração do seu prognóstico.

Quanto ao conteúdo do estudo, este deve conter, pelo menos: principais atividades desenvolvidas, metodologia utilizada, lista de pessoas/instituições consultadas e diagnóstico dos potenciais cobenefícios e impactos adversos decorrentes da implementação do Plano Clima.

Além do previsto acima, a consultoria também deverá prever a possibilidade de reuniões periódicas com as equipes do DPMI-DPAR/SMC/MMA, para o acompanhamento do trabalho.

O diagnóstico deverá ser entregue até 30 dias após a assinatura do contrato. Este será revisado pela equipe do MMA em até 10 dias que poderá solicitar ajustes e complementações para sua aprovação final.

Produto 1: Diagnóstico de impactos ambientais e cobenefícios do Plano Clima 2025-2035

3.2 Realização de oficina virtual para coleta de insumos e elaboração de matriz de potencial de impactos e cobenefícios

A consultoria contratada deverá realizar oficina, de consulta e discussão com atores estratégicos envolvidos no escopo da emergência climática e transição justa, com o intuito de aprofundamento das informações levantadas, sem prejuízo de outras eventuais reuniões. Para tal oficina, em formato virtual, como forma de viabilizar e aprofundar o diálogo de atores estratégicos dentro do contexto de impactos da mudança do clima. Após a realização da oficina, deverá ser feita a consolidação e análise das informações obtidas por meio de apresentação de uma relatoria.

Juntamente com os subsídios do produto 1, deverá ser elaborada uma proposta de metodologia de matriz de impactos adversos e cobenefícios, categorizando os níveis segundo seu potencial (baixo, médio, alto).

Tal matriz deve apresentar um foco específico na avaliação dos riscos (impactos adversos) e oportunidades (cobenefícios) no contexto do Plano Clima 2025-2035. A metodologia a ser apresentada deve ser robusta e adaptada para classificar os impactos ambientais identificados, e critérios como intensidade, abrangência, duração e reversibilidade, podem ser considerados. Além disso, essa hierarquização de impactos deve considerar e integrar indicadores de vulnerabilidade e adaptação climática.

A referida matriz deverá ser apresentada por meio de um relatório técnico, com justificativas metodológicas, discussões e apresentação dos resultados em formato visual (tabelas, gráficos, mapas). O relatório deverá ser entregue até 30 dias após a entrega do produto 1. Este será revisado pela equipe do MMA em até 10 dias que poderá solicitar ajustes e complementações para sua aprovação final.

Produto 2: Realização de oficina com relatoria e proposta de Matriz de Impactos Ambientais por meio de relatório técnico.

3.3. Elaboração de versão final de documento sobre análise dos impactos adversos e cobenefícios do Plano Clima 2025-2035

Esta etapa consistirá na consolidação e análise dos impactos adversos e cobenefícios identificados no Produto 1, discutidos e aprofundados na oficina técnica, os quais deram origem a uma proposta de matriz de classificação de impactos. A análise deverá considerar o escopo de implementação do Plano Clima, integrando as dimensões ambientais e sociais de mitigação e adaptação.

Além disso, a consultoria deverá apresentar recomendações estratégicas para:

- Evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos identificados;
- Fortalecer os cobenefícios associados às ações propostas;
- Indicar instrumentos e mecanismos necessários ao governo para a gestão dos impactos.

As recomendações devem incluir ações transversais, articuladas com diferentes setores governamentais, a fim de subsidiar tecnicamente a elaboração da Estratégia Transversal de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Transição do Plano Clima 2025-2035.

A versão final da análise dos potenciais impactos ambientais adversos e cobenefícios relacionados aos setores que compõem o Plano Clima deverá ser apresentada por meio de um relatório executivo, que deve conter, pelo menos: introdução; diagnóstico e análise dos impactos e cobenefícios relacionados às prioridades das estratégias nacionais e às ações dos planos setoriais e temáticos de mitigação e adaptação; apresentação da relatoria da oficina e da matriz de classificação dos impactos; recomendações. O documento final deverá ser entregue até 30 dias após a entrega do produto 2.

Após a entrega da versão final do produto, a equipe de coordenação do DPPI-DPAR/SMC/MMA terá 10 dias para avaliar o relatório, podendo solicitar ajustes, complementações e correções ao documento. Com o conteúdo finalizado e pactuado, a consultoria também deverá elaborar uma apresentação sintética com os principais resultados do estudo, seus achados e recomendações.

Também é previsto que a empresa de consultoria proceda a revisão da Estratégia Transversal, com envio de contribuições ao texto submetido.

Produto 3: Versão final do relatório de análise dos impactos adversos e cobenefícios do Plano Clima levantados por meio dos produtos anteriores e apresentação executiva. Revisão do texto da Estratégia Transversal após a submissão à consultoria contratada.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

A empresa de consultoria deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme exemplo a seguir:

Nº	Produto	Prazo de entrega (dias a partir da	Prazo de análise de produtos (dias a partir entrega do produto)	% do valor do contrato
-----------	----------------	--	---	---

		assinatura do contrato)		
1	Diagnóstico de impactos ambientais e cobenefícios do Plano Clima 2025-2035	30	10	30%
2	Realização de oficina com relatoria e proposta de Matriz de Impactos Ambientais por meio de relatório técnico.	60	10	35%
3	Versão final do relatório de análise dos impactos adversos e cobenefícios do Plano Clima levantados por meio dos produtos anteriores e apresentação executiva	90	10	35%

A supervisão do contrato deverá analisar e aprovar os produtos no prazo estabelecido no cronograma, assim como a consultoria contratada deve respeitar os prazos acordados no contrato, de modo a não prejudicar a entrega da Estratégia Transversal de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Transição e o Plano Clima 2024-2035.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas no prazo de 03 meses, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos e o prazo de suas aprovações.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei.

A consultoria deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos ao Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação da Secretaria Nacional Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (DPMI/SMC/MMA) para análise técnica, em meio digital.

Após a aprovação técnica dos produtos pelo DPMI-DPAR/SMC/MMA, o DPMI deverá enviar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, também em meio digital (uocontratos@funbio.org.br e o responsável pelo projeto no Funbio: bruno.oliveira@funbio.org.br).

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do produto aprovado, documento de cobrança e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os três produtos descritos na tabela acima deverão ser entregues com o nível de detalhe e linguagem adequada para sua perfeita compreensão e nos prazos especificados acima, não devendo ultrapassar o estabelecido no presente documento.

Todos os arquivos produzidos com recursos da contratação, deverão ser entregues em formato digital ao DPMI/SMC/MMA (dpmi@mma.gov.br e ana.kasseboehmer@mma.gov.br) e ao FUNBIO (uocontratos@funbio.org.br e bruno.oliveira@funbio.org.br), em língua portuguesa, conforme padrão ABNT, totalmente revisados e de acordo com a gramática vigente em meio digital (e-mail, pen drive, wetransfer ou outra aplicação digital) formatada e gravada em editor de texto Microsoft Word® e em arquivo PDF.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

Tendo em vista a necessidade de um acompanhamento mais aprofundado do trabalho de consultoria, prevê-se a realização de 01 (uma) reunião presencial com um ou dois representantes da equipe contratada para o estudo comparecendo na sede do MMA em Brasília/DF por um período de três dias ao mês no escopo do contrato.

Visando garantir ampla participação e escuta de movimentos sociais potencialmente estratégicos no contexto de impactos relacionados à mudança climática, prevê-se a realização da oficina em formato virtual.

As viagens e diárias acima mencionadas serão cobertas pelo Projeto “Fundo de Descarbonização” e seguirão as regras e procedimentos do FUNBIO.

A consultoria contratada deverá realizar o trabalho utilizando seu próprio acervo técnico e material (computador, softwares etc.).

Na medida do possível, o DPMI-DPAR/MMA disponibilizarão documentação, estudos e material relevante para apoiar o desenvolvimento da consultoria, mas vale ressaltar que o levantamento de informações faz parte das atividades previstas na consultoria.

A articulação institucional com os atores envolvidos na construção do Plano Clima e citados neste TdR, sobretudo governamentais, será iniciada pelo DPMI-DPAR/SMC/MMA que apresentarão a consultoria contratada aos seus parceiros. Após essa primeira aproximação, essa articulação deverá ser continuada pela consultoria.

7- QUALIFICAÇÃO PJ

A instituição deverá possuir experiência de pelo menos 5 anos na área socioambiental.

A empresa contratada deverá, em caráter eliminatório, possuir equipe de profissionais com formação de nível superior, categoria pleno (a partir de 5 anos de formação e experiência na

área), com experiência em meio ambiente e ciências sociais, sendo composta por no mínimo 3 funcionários (um biólogo, um cientista social/antropólogo e um engenheiro florestal), cujos perfis são descritos a seguir:

Perfil 1 – Coordenador do projeto com formação Acadêmica em Ciências Econômicas, Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Ciências Naturais, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Engenharia Florestal ou Geografia, com no mínimo de 5 anos de experiência em coordenação de projetos de consultoria socioambiental no território brasileiro, preferencialmente relacionado(s) à área de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Perfil 2– Dois profissionais com formação acadêmica em Ciências Econômicas, Ciências Biológicas, Ciências Ambientais, Ciências Naturais, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia Florestal ou Geografia, com no mínimo 3 anos de experiência de participação em projetos de consultoria socioambiental no território brasileiro, preferencialmente relacionado(s) à área de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Todos os contratados deverão realizar os trabalhos os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica ou contratos semelhantes, emitidos em favor da licitante, em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas. Já a equipe envolvida, deverá comprovar experiência através da apresentação de seus currículos profissionais assinados.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A equipe técnica responsável pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será parte do DPMI-DPAR/SMC/MMA, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

A equipe responsável realizará suas revisões dentro dos prazos estabelecidos no item 4. É recomendável que a equipe técnica realize no máximo duas revisões dos produtos entregues para aprovar determinado produto.